

10/03/2018
09h45



SEREJO & BRAÚNA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

Vossa Excelência, pede a **DECLASSIFICAÇÃO** do crime de lesão corporal leve dolosa, para a **modalidade culposa**.

Alternativamente, **ABSOLVIÇÃO** com fulcro no inciso VI²⁶, do Código de Processo Penal, face às excludentes de ilicitude estado de necessidade e/ou legítima defesa e da excludente de culpabilidade inexistência de conduta diversa.

Por último, na remota hipótese deste respeitável juízo entender pela condenação, que aplique a causa especial de diminuição de pena constante do § 4º do art. 129 do CP.

Quando ao crime de **AMEAÇA**, pugna-se pela **ABSOLVIÇÃO**, com base no inciso III do artigo 386 do Código de Processo Penal, face à atipicidade da conduta. **ALTERNATIVAMENTE**, caso esse não seja o entendimento de Vossa Excelência, pede o réu que seja aplicado o princípio do *in dubio pro reo* e, por conseguinte, seja **ABSOLVIDO** do crime de ameaça devido a insuficiência de provas (artigo 386, inciso VII, do CPP), palavra da suposta vítima contra a palavra do [REDACTED]

Por finalmente, o réu requer seja valorada em seu favor a circunstância judicial *comportamento da vítima*, nos termos acima defendidos.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Luís, 06 de fevereiro de 2018.

Carlos Armando Alves Serejo.
OAB/MA 6.921.

Sâmara Costa Braúna.
OAB/MA 6.227.

Isaac J. F. Mousinho Segundo.
OAB/MA 9.397.

²⁶ Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: VI – existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena (arts. 20, 21, 22, 23, 26 e § 1º do art. 28, todos do Código Penal), ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência.

98 3227-7697

Rua dos Acaupis, Quadra-II, Casa n.23, Bairro Ilançamento I,
São Luís-MA, CEP: 65075-020 | sbraunadv@gmail.com | armandoserejoadv@gmail.com
@serejobrauna | Serejo e Braúna